



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SMDS  
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA

Nº. 017/2024

(Plenária presencial)

Aos doze dias do mês de junho de dois mil e vinte quatro, às treze horas, reuniram-se para Assembleia Ordinária, nas dependências da PUC, sob a coordenação da Presidente **CAROLINA AGUIRRE DA SILVA**, e na presença dos:

**CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL:**

Carolina Aguirre da Silva, **Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA**; Paulo Francisco da Silva, **Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente o CMDCA**; Rosana Fernandes Nunes, **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Porto Alegre, Apae/Porto Alegre**; João da Luz, **Fundação O Pão dos Pobres**; Priscila Balestrin, **Parceiros Voluntários**; Francyne Rosa, **CEA**; Lisete Aparecida da Silva Felipe, **Associação de Apoio ao Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente**; Rose Ceroni Canabarro, **Associação de Apoio ao Fórum Municipal da Criança e do Adolescente de Porto Alegre – Asafom**; e Andréia Brito Gilli e Ivana Frois, **Comunidade Evangélica de Porto Alegre – Cepa**.

**CONSELHEIROS DO GOVERNO:**

Paulo Meira, **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SMDS**; Sônia Rejane dos Santos Vieira, **Secretaria Municipal da Fazenda – SMF**; Letícia Giardin, **Fundação de Assistência Social e Cidadania – Fasc**; e Aline Borges, **Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude – Smelj**.

**DEMAIS PRESENTES:**

Íris Cândido, **Administrativo Comui-CMDCA/SMDS**; e Patrícia Costa, **Taquígrafa – TG Taquigrafia**.

**PAUTA:**

**1. Abertura;**

**2. Comissões: Comissão Executiva, Comissão de Registros, Comissão de Políticas e Comissão de Finanças;**

**3. Informes.**

Após a conferência de *quorum* foram abertos os trabalhos:

31 **1. ABERTURA;**

32 **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz –**  
33 **Caimc (Topogigio):** Boa tarde, então. Agora precisamos fazer uma plenária, tá? A plenária,  
34 ela vai ser rápida, a gente tem alguns processos só para passar. Só para fazer um *remember*,  
35 né, do que a gente já tá fazendo por este momento. Como eu falei na plenária passada, nós  
36 estamos tentando fazer junto com a o Funcriança e com a PGM já, uma minuta de um projeto,  
37 uma proposta, né, para uma liberação de mais ou menos uns R\$ 7,5 milhões para 40 OSCs,  
38 aproximadamente, que estão na tal de “mancha”, tá? Que são as instituições que estão  
39 alagadas. **Rosana Fernandes Nunes, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de**  
40 **Porto Alegre, Apae/Porto Alegre:** São 40? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de**  
41 **Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio):** É que, na verdade, é  
42 aproximadamente aquilo ali, né? Então, a gente tá fazendo essa minuta, já coloquei no grupo  
43 das políticas ali. Tivemos alguns apontamentos agora, que a gente vai ter que ver ali rapidinho  
44 depois também, o que a gente precisa sanar e quais os prazos. E amanhã, nós temos uma nova  
45 reunião com o Coronel André, PGM e Funcriança para fechar, enquanto Prefeitura,  
46 principalmente questões de prazos para a gente poder vir para uma plenária já mais desenhada,  
47 tá? Então, entre amanhã e sexta-feira estarei chamando para uma plenária extraordinária, tá?  
48 Vai ser *online*, mas a gente precisa daí passar o projeto para poder publicar, tá? Se Deus quiser  
49 e tudo permitir, vai ser na sexta-feira de manhã, cedo, porque até às 10 horas a gente tem que  
50 mandar para o Dopa para sair na segunda, tá? Mas aí a gente fala para vocês. Fale. **João da**  
51 **Luz, Fundação O Pão dos Pobres:** Esse valor agora de 7,5 milhões que você mencionou  
52 ainda é do saldo livre? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do**  
53 **Morro da Cruz – Caimc (Topogigio):** Sim. Assim, o que eu ia dizer? Nós falamos já que o  
54 saldo livre, ele está com valores voláteis, né? Então, o último valor que foi passado, depois eu  
55 tenho um processo SEI ali, eu posso botar no grupo das comissões, foi no valor de R\$ 18  
56 milhões e alguma coisa, tá? Então, desses R\$ 18 milhões a gente escolheu, quando Executiva,  
57 pegar 15 para fazer editais, deixar 3 para fazer algumas ações que são outras ações que a gente  
58 vai trabalhar, tá? Então, desses 15 a gente pensou em dividir R\$ 7,5 milhões para atender essas  
59 primeiras, primeiro edital, 40 instituições que estão alagadas ou na questão da enchente, tá? É  
60 um pouco menos, eles vão apresentar proposta e tudo mais, tá? E os outros R\$ 7,5 milhões, aí  
61 a ideia é, num segundo momento, mas segundo próximo momento, é nós abirmos um outro  
62 edital, uma outra proposta, de aí trabalhar na questão de enfrentamento à questão sexual e

63 trabalho infantil, tá? E aí a gente pode abrir com um terceiro, a gente pode também pensar  
64 depois ali. Esse segundo, nós estamos no “penso”. Esse primeiro, estamos no “penso um  
65 pouco mais concreto”, tá? Então, já tá numa linha um pouquinho assim. Nós começamos com  
66 todo esse “penso” lá na PUC (Aqui na PUC), lá com o Caporal, com o Fórum, com a Políticas,  
67 com a Executiva, né? Então, foi a partir daquele grupo em que a gente começou ali e aí a gente  
68 colocou agora na execução um pouco mais, talvez mais escrito. E aí agora a gente tem que  
69 voltar depois para a plenária para a gente poder fazer os floreios, né, e fechar direitinho com  
70 vocês todos. Ok? Comissões que temos? Finanças. Tá com vocês.

71 **- COMISSÃO DE FINANÇAS:**

72 **Priscila Balestrin, Parceiros Voluntários:** Processo SEI 21.0.000053707-9. É o projeto da  
73 **ACM RESTINGA**, Projeto Esporte Clube Cidadão e Empoderamento. É um projeto da Carta  
74 de Captação 020/2021, a Resolução 137/2021. Então, ela venceu em junho de 2023 e ela já  
75 está em trâmite para execução. E aí, neste meio tempo, então, a OSC encaminhou uma  
76 alteração no plano de trabalho do projeto aprovado através da Resolução 137/2021,  
77 Certificado 020/2021. E a OSC solicitou o resgate no dia, 11 de janeiro de 2024 e desde então  
78 está em tratativas com a EOF da SMDS. E no despacho 28787809, a Comissão de Finanças  
79 encaminhou alguns apontamentos. Então, a OSC retornou o processo para nova análise, onde  
80 a mesma refez o orçamento físico-financeiro, que é o documento 28958791. Então, foram  
81 alterações, ajustes de valores pelo tempo passado e também algumas rubricas do que eles  
82 precisavam ali, algumas despesas. Então, não teve alteração nem do projeto, nem do objeto,  
83 são questões internas de ajuste que estão, estão dentro. Então, após a análise dos documentos  
84 enviados, a Comissão de Finanças é de parecer favorável à solicitação da OSC de ajuste no  
85 orçamento físico-financeiro, pois a proposta não altera o objeto e o projeto. **Carolina Aguirre**  
86 **da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio):**  
87 OK. Alguma questão, pessoal? Então, podemos colocar em votação? Quem é favorável,  
88 levante a mão, por favor. Alguém contra? Alguma abstenção? Então, **APROVADO POR**  
89 **UNANIMIDADE**. Tá, mais algum processo? **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria**  
90 **Municipal da Fazenda – SMF:** Tem. Processo 23.0.000157401-9, **INSTITUTO**  
91 **CULTURAL SÃO FRANCISCO**, Projeto Cuidando Vidas, oferta de atendimento  
92 qualificado em serviços de promoção, proteção e garantia dos direitos à criança e adolescente  
93 em situação de vulnerabilidade de risco pessoal e social. Então, a OSC encaminha Ofício 298,  
94 em resposta a diversos apontamentos da EOF. A EOF encaminha à Comissão de Finanças

95 quanto à inclusão da despesa de plano de saúde que não constava no projeto e plano de  
96 trabalho, apresentado e autorizado pela Resolução 211/23, Certificado 044/23, vencimento em  
97 31 de dezembro de 2020. O manual de prestação de contas das parcerias do Município de  
98 Porto Alegre, no Capítulo IV, item 4.2.4, informa que, excepcionalmente, poderão ser  
99 custeadas com recursos da parceria despesas com plano de saúde e demais benefícios  
100 decorrentes da relação de emprego, observados os limites legais e expressamente previsto no  
101 plano de trabalho, devidamente avaliada a pertinência e aprovada pelo gestor da parceria.  
102 Então, ao questionamento da equipe dos fundos, a OSC informa que essa despesa estava no  
103 totalizador dos salários, ou seja, no valor consolidado e que agora, quando solicita o resgate  
104 para firmar o termo de fomento, efetua a abertura da despesa. Então, encaminhamento da  
105 comissão, então, considerando que não há alteração no objeto e valor do projeto aprovado, em  
106 análise ao solicitado, a comissão é de parecer favorável à solicitação de aprovação da despesa,  
107 plano de saúde, considerando o exposto no manual de prestação de contas do Município de  
108 Porto Alegre. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da**  
109 **Cruz – Caimc (Topogigio):** Antes de colocar, também, aquela resolução que a gente fez  
110 também sobre os planos de saúde que fazem parte da questão do salário do colaborador. **Sônia**  
111 **Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** É, posso colocar,  
112 mas não botei. Então, é esse. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento**  
113 **Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio):** Alguma dúvida? Se não, vamos para a  
114 votação. OK, gente? Então, em votação, então. Quem é favorável, levante a mão. Alguma  
115 abstenção? Alguém contra? Então, **APROVADO POR UNANIMIDADE.** OK? **Priscila**  
116 **Balestrin, Parceiros Voluntários:** O processo é o 22.0.000002887-1, da **FUNDAÇÃO**  
117 **THIAGO DE MORAES GONZAGA.** Projeto de Manutenção, Fundação Thiago de Moraes  
118 Gonzaga, Vida Urgente, Educação, Cultura e Conscientização. A OSC encaminha Ofício  
119 03/2024, no dia 10 de junho, Documento SEI 28942630, onde solicita a prorrogação do prazo  
120 para captação de recursos. Informa que está com dificuldades na OSC em pessoal, mudança de  
121 local e dificuldades financeiras. Solicita a prorrogação da carta de captação até o dia 31 de  
122 dezembro de 2024. O projeto foi aprovado na Resolução 061/2022, Certificado 07/2022, com  
123 vencimento no dia 30 de junho de 2024. Em análise ao solicitado, a Comissão de Finanças é de  
124 parecer favorável à prorrogação da data da carta de captação para 31 de dezembro de 2024.  
125 **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz –**  
126 **Caimc (Topogigio):** Qual o valor? **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal**

127 **da Fazenda – SMF:** Era R\$ 1 milhão, se não me engano. Mas é que ela não conseguiu  
128 executar ainda, né? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do**  
129 **Morro da Cruz – Caimc (Topogigio):** Alguma questão, pessoal? Em votação. Quem é  
130 favorável, levante a mão. OK. Alguém contra? Abstenções? Então, **APROVADO POR**  
131 **UNANIMIDADE.** Tá, mais algum? **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal**  
132 **da Fazenda – SMF:** Tem mais um. É o 22.0.000059378-1. É o **BANCO DE ALIMENTOS.**  
133 Projeto Cozinha Nota 10. Então, a OSC encaminhou o ofício para acrescentar despesas de  
134 terceiros, sendo a despesa o pagamento de agente integrador de estágios. A resolução de  
135 captação aprovada é no valor de R\$ 812.994,42 com 10% de retenção. A Resolução  
136 141/2022, Certificado 26/2022. O que entendemos, que o plano de aplicação será no valor de  
137 R\$ 731.694,98. Descontado da retenção. No documento 28928944, é informado à OSC,  
138 através da equipe de fundos, de que houve equívoco sobre a retenção no percentual de 5%,  
139 pois assim foi editado o Certificado 28913419, documento excluído e a SMDS entende os  
140 10%. A OSC se manifesta contrária, no e-mail, é o documento SEI anexado 28928960, a qual  
141 deveria ter sido revisada na época. Considerando o valor transferido e o valor captado, totaliza  
142 o montante para o plano de trabalho no valor de R\$ 543.410,64. Então, a gente tem aqui  
143 extrato de doações. Tem um extrato de doação no valor de R\$ 231.712,15. **Sônia Rejane dos**  
144 **Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** E aí nós temos uma transferência  
145 de R\$ 311.698,49, aprovado pela Resolução 188/2022. Daí totaliza R\$ 543.410,64.  
146 Consideramos os 10% de retenção, então o projeto ficou em R\$ 489.069,58, né? Aí, dos  
147 documentos que a OSC coloca, ela coloca o documento 28928951 com R\$ 4.000 a mais nas  
148 doações, e aí esse documento ainda não tá no processo, mas ela encaminhou no projeto dela,  
149 né? Então. a gente registra que tem uma diferença de R\$ 4.000. Onde a OSC informa que é  
150 esse documento 28928951, mas a gente não localiza esse documento no processo, tá? Então,  
151 aí ela faz um projeto, dentro disso, a gente encaminha assim: Em análise ao solicitado da  
152 inclusão da despesa de contrato do agente integrador nas despesas, a comissão é de parecer  
153 favorável, pois não houve, está sem alteração do valor aprovado e objeto do projeto aprovado.  
154 E aí a gente faz a ressalva, sinalizamos novamente que caberá à EOF/UAF a conferência do  
155 valor do extrato, considerando a diferença de R\$ 4.000 registrados e a conferência da  
156 retenção, visto que o despacho do certificado está suprimido do processo. Então, o que  
157 aconteceu? Tinha a resolução e sempre embaixo da resolução tem o certificado, né? Na  
158 resolução saiu “aprovado o valor dos R\$ 812 com 10% de retenção”. Mas o certificado

159 constou cinco, quando lançaram o certificado. Só que isso lá em 2021, 22. E agora esse  
160 documento foi suprimido, a secretaria, quando se deu conta na hora de fazer o termo, e por  
161 isso tá voltando, né? É então, a gente não sabe se é 10 ou se é 5, porque vale a resolução. Só  
162 que, ao mesmo tempo, a OSC informa que não viram lá e ela propôs um projeto com 5%, mas  
163 como a resolução tá em 10%, a gente mantém os 10%. E agora eles vão ter que conversar o  
164 que aconteceu. Mas o certificado agora a gente não consegue mais enxergar, ele foi excluído  
165 do processo. Mas a solicitação em si da OSC era: “quero incluir o agente integrador”. Ela não  
166 altera nenhum valor de despesa, o que ela tinha no valor de consumo permanece, o que ela  
167 tinha de pessoal permanece, ela ajustou internamente, mas as despesas permanecem nos  
168 mesmos valores. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro**  
169 **da Cruz – Caimc (Topogigio):** Quanto é esse agente integrador? **Sônia Rejane dos Santos**  
170 **Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** O agente integrador era R\$ 300. Então,  
171 ela só ajustou dentro das despesas ali do orçamento dela mesmo, ela diminuiu de algumas, mas  
172 permanece igual como ela foi aprovada. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento**  
173 **Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio):** Tá, vamos lá. Na Resolução 150, ali  
174 fala o que é o projeto e qual é a retenção. Tem aí o que é o projeto? **Sônia Rejane dos Santos**  
175 **Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Sim, daí nós vamos abrir ali. **Priscila**  
176 **Balestrin, Parceiros Voluntários:** É que ele é anterior, né, a 150? **Carolina Aguirre da**  
177 **Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio):** De  
178 acordo com a 50 também tinha lá os percentuais. **Sônia Rejane dos Santos Vieira,**  
179 **Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** É que assim, ó, Carol, a resolução, quando foi  
180 aprovado, foi dito, percentual de 10% e isso consta na resolução. A Resolução 141, tá lá, são  
181 10%. Só que o certificado foi lançado com 5%. Entendeu? E daí, isso me chamou atenção,  
182 porque quando a OSC colocou lá... **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento**  
183 **Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio):** Nem a instituição viu, nem o Conselho,  
184 nem a Secretaria. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda –**  
185 **SMF:** Isso, passou. Só que quando ela mandou o processo, qual foi a dúvida? Porque quando  
186 ela mandou o projeto, né, ali para fechar R\$ 812.000, eu disse, mas se eu incluir 10%, o  
187 projeto vem a R\$ 700.000 ou vai a 900 ali, a diferença para esses 10%. E aí que eles pararam  
188 todo mundo. Não, mas então? Daí a Secretaria excluiu o certificado, a OSC que disse que fez  
189 por 5%. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz**  
190 **– Caimc (Topogigio):** Eu acho que volta lá no projeto e se baseia na época pela Resolução

191 50. Na Resolução 50 para a 150, alterou alguma questão de retenção? Pouco, mas alterou.  
192 Mas a gente se baseia pela Resolução 50 para poder fazer o percentual. Lógico que entre uma  
193 carta de captação e uma resolução, o que prevalece é a resolução. Mas a gente, só para a gente  
194 poder ter certeza, certeza, a gente se baseia no projeto também. Isso eu falei até para a  
195 instituição, de que tinha que ver qual era o projeto. Ah, o projeto é, digamos, por exemplo,  
196 acolhimento institucional, eu sei de cor e não tem retenção. Ah, manutenção, não sei o quê, é  
197 tanto por cento. Então, qual é a origem do projeto. Qual é o objeto? **Priscila Balestrin,**  
198 **Parceiros Voluntários:** “Propõe a segurança nutricional e dos alimentos, através de promoção  
199 e manutenção da saúde de crianças e adolescentes, por meio de capacitações de boas práticas  
200 de manipulação dos alimentos para dirigentes, coordenadores, educadores e manipuladores de  
201 forma permanente às instituições que o projeto propõe, cadastradas no Banco de Alimentos”.

202 **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz –**  
203 **Caimc (Topogigio):** Tá, então é manutenção. Na época, né? **Sônia Rejane dos Santos**  
204 **Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Na época era, e aí foi dado com 10% de  
205 retenção. O parecer da Finanças lá na época foi em 10%. **Carolina Aguirre da Silva, Centro**  
206 **de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio):** Aqui, ó, a Resolução  
207 50: “para despesas em manutenção...” É artigo 14, tá? “Para projetos em serviço com  
208 acolhimento, repasse integral. Para os demais projetos, para despesa e manutenção em ação  
209 continuada, o repasse será de 95%. Para demais despesas, o repasse será de 90%. Para os  
210 projetos em órgãos governamentais, 80%”. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria**  
211 **Municipal da Fazenda – SMF:** Só que o parecer da comissão na época é 10%. E foi  
212 aprovado pela resolução. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança:** Porque não  
213 é continuada. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:**  
214 Exato, e foi 10%. Isso foi aprovado, a resolução tá lá, ela não foi excluída e o parecer da  
215 comissão foi dado 10%. Assim, ó, proponho, ela não captou mesmo, de fato, até agora ela não  
216 captou o totalizador, né, então ela vai executar os R\$ 500.000, que é o que ela tem....

217 **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz –**  
218 **Caimc (Topogigio):** Proponho também. Na dúvida, sempre vamos favorecer a instituição. Tá?  
219 Então, como foi um erro de todas as partes, proponho de que seja 5% e não 10%, tá? Porque  
220 se nós temos dois documentos, um dizendo 5, outro dizendo 10, e todos erraram na  
221 conferência, independente se a instituição captou ou não, para que não fique oneroso para a  
222 instituição, proponho 5%. E aí? **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da**

223 **Fazenda – SMF:** Carol, eu tenho dúvidas porque a Comissão de Finanças e a Comissão de  
224 Políticas lá em 2022 avaliou e colocou 10%. Isso passou em plenária e tem uma resolução. Aí  
225 tu vai alterar a resolução, vai desconstituir aquela resolução? **Carolina Aguirre da Silva,**  
226 **Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio):** Eu acho que  
227 assim, eu não quero entrar muito no que aconteceu lá atrás, porque nem estava por aí. Mas de  
228 acordo com a Resolução 50, se a gente colocar eles na manutenção, eles são 95%. Eles não  
229 são 90%. Tá? E aí também, de novo, se a gente for a ferro e fogo, digamos assim, que  
230 tivessem captado todo o valor e aí a gente não passasse, olha, seria uma injustiça total com a  
231 instituição, tá? Eu não tô nem pegando qual é a instituição, tô pegando aqueles critérios  
232 básicos de poder fazer as palavras bonitas lá do advogado da Prefeitura. **Priscila Balestrin,**  
233 **Parceiros Voluntários:** Tá, mas assim, ó, o que veio para o CMDCA votar neste momento,  
234 que estava trancando o processo, era a autorização da inclusão da despesa, que era esse agente  
235 integrador, esse serviço de terceiros. Foi isso que veio para a gente votar, que foi o que a  
236 comissão deu parecer favorável. Essa questão da retenção foi uma identificação que a Sônia  
237 fez dentro da análise da documentação do processo. Então, nem veio para a gente. **Paulo**  
238 **Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança:** Ah, não! **Priscila Balestrin, Parceiros**  
239 **Voluntários:** É. Então assim, o que veio com a solicitação para a gente votar foi só essa  
240 alteração no orçamento físico-financeiro que a gente aprovou, votou aqui, OK? Então, esse  
241 ponto é uma identificação, entendeu? **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria**  
242 **Municipal da Fazenda – SMF:** É que eu olho todo o processo. E daí o certificado tá  
243 retirado, daí tá o e-mail lá. Então, eles que briguem, quando chegar para nós a gente vai  
244 definir. Penso eu. Agora a pergunta é, tanto é que vem também com R\$ 4.000 a mais, que eu  
245 já sinalizei que esses R\$ 4.000 não estão dentro do processo, eles vão ter que dizer onde é que  
246 tiraram os R\$ 4.000. Mas hoje a proposta é parecer favorável ao agente integrador, sim ou  
247 não? No nosso entendimento, sim. Inclui aquela despesa. Porque não teve alteração do valor e  
248 nem do objeto. Bom, num segundo momento, quando vier a gente vê. **Carolina Aguirre da**  
249 **Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio):** Então  
250 vamos fazer só o que foi nos provocado e depois a gente provoca a provocação, tá? [Risos].  
251 Quanto a esse agente integrador, a gente tem que votar. Vocês entenderam a parte do agente  
252 integrador, esses R\$ 4.000. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da**  
253 **Fazenda – SMF:** Eu vou ler de novo o parecer da comissão, tá? “Em análise ao solicitado da  
254 inclusão da despesa do contrato do agente integrador...” **Carolina Aguirre da Silva, Centro**



255 **de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio):** Agente integrador é  
256 uma pessoa, é um cargo. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da**  
257 **Fazenda – SMF:** Não, é tipo uma empresa, um CIEE. Elas querem incluir um contrato de um  
258 agente integrador de estagiário. **Lisete Aparecida da Silva Felipe, Associação de Apoio ao**  
259 **Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:** Mas estagiários podem  
260 receber? **Priscila Balestrin, Parceiros Voluntários:** Pode. **Sônia Rejane dos Santos Vieira,**  
261 **Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** A empresa vai receber e vai contratar os  
262 estagiários, a empresa. **João da Luz, Fundação O Pão dos Pobres:** É como contratar uma  
263 empresa que vai terceirizar o serviço. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria**  
264 **Municipal da Fazenda – SMF:** Isso. E aí ela pediu para incluir isso, ela pediu essa alteração,  
265 essa inclusão dessa despesa. Na análise, a gente pegou duas coisas. Agora a gente devolve  
266 dizendo: "OK, pode contratar o agente integrador e salientamos que tem duas coisas".  
267 **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz –**  
268 **Caimc (Topogigio):** Não, mas é para problematizar. **Priscila Balestrin, Parceiros**  
269 **Voluntários:** A gente tá votando a alteração do projeto. **Carolina Aguirre da Silva, Centro**  
270 **de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio):** Então, assim, vamos  
271 por partes, essa parte do agente integrador, compreendido? Podemos votar? Então, quem é  
272 favorável, levante a mão à questão do agente integrador. Inclusão do agente integrador. OK,  
273 podem baixar. Quem é contra? Abstenções? Três abstenções. **APROVADO.** Sugestão. Vocês  
274 fizeram esse apontamento da questão do valor da diferença? **Priscila Balestrin, Parceiros**  
275 **Voluntários:** Sim. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do**  
276 **Morro da Cruz – Caimc (Topogigio):** Para quem? **Sônia Rejane dos Santos Vieira,**  
277 **Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Agora, quando nós assinarmos, a gente tá  
278 botando ali. No despacho que vai ser mandado do CMDCA, a gente colocou: "Aprovou tal  
279 coisa e salientamos novamente que cabe à EOF indicar os R\$ 4.000 e rever a questão da  
280 retenção". **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da**  
281 **Cruz – Caimc (Topogigio):** Mas aí voltaria para nós? **Sônia Rejane dos Santos Vieira,**  
282 **Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Não, vai para eles, aí quando eles analisarem lá,  
283 se a OSC recorrer OK. Tá? É isso. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento**  
284 **Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio):** Tem que questionar a instituição, para  
285 que ela faça esse movimento também. **Priscila Balestrin, Parceiros Voluntários:** É, daí tem  
286 que anexar no processo. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da**

287 **Fazenda – SMF:** É, daí ela teria que anexar no processo, mas ela tem um e-mail ali dentro,  
288 que eu coloquei lá em cima da análise, ela menciona. Ela se manifesta. **Carolina Wallau de**  
289 **Oliveira Kessler (2ª Suplente), Secretaria de Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e**  
290 **Sustentabilidade – SMAMUS:** É, porque eu acho que é importante a instituição se  
291 manifestar, até para que possa voltar para nós e a gente poder fazer esse olhar. É isso, gente,  
292 então? Então tá, então termina entre nós.

293 **Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião da Plenária do Conselho Municipal dos**  
294 **Direitos da Criança e do Adolescente, às 14h00min, da qual foi lavrada a presente ata por mim, Patrícia**  
295 **Costa, sob o Registro nº 225257/2003 – FEPLAM, prevalecendo o princípio da presunção de veracidade.**